

O paradoxo da contribuição buscada

The paradox of the sought contribution

Luiz Claudio Martino comenta o artigo de Tarcísio de Sá Cardoso

Luiz Claudio Martino

<http://orcid.org/0000-0003-0209-8024>
luizcmartino@gmail.com

Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e Pesquisador Associado do CRICIS/UQAM, Montreal. Doutor em Ciências Sociais (Sorbonne-Paris V, 1997), Mestre em Psicologia (FGV/UFRRJ, 1992) e em Comunicação (UFRJ, 1992). Entre suas obras estão: *Escritos sobre Epistemologia da Comunicação* (2017), *Meios de Comunicação como Simulações Tecnológicas* (2016), “Perspectives Critiques et Épistémologie de la Communication: le rôle central du débat sur la technologie” (Mare et Martin, 2014), “Considerações sobre a Explicação em Comunicação” (Edufba, 2013), “O Mito da Interdisciplinaridade” (com K. Boaventura, E-Compós, 2013), “Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication” (PU. du Québec, 2012), “Temps, essence des moyens de communication” (MSHA, Bordeaux 2011).

<http://lattes.cnpq.br/9545839725442236>

O Prof. Tarcísio Cardoso apresenta um texto complexo, o que limita bastante a tarefa de relatá-lo. A estrutura do artigo, contudo, é clara e bem estabelecida, tendo três partes perfeitamente desenhadas: na primeira procura identificar “as questões de fundo” da epistemologia da comunicação; na segunda expõe o pensamento de Bruno Latour; na terceira tenta aplicar este pensamento à epistemologia da comunicação.

Minha análise da primeira parte, na qual me sinto mais à vontade, procura mostrar as limitações das obras selecionadas para a discussão do tema. Não exatamente como uma crítica a elas, mas pela escolha muito pontual e aparente aleatoriedade dos trabalhos escolhidos em relação ao propósito do artigo.

Em relação à segunda parte, a apresentação do pensamento de Latour só poderia ser, naturalmente, um

apanhado geral. Não considero, portanto, a questão de saber o quanto esta descrição representa ou não o pensamento latouriano, e dispenso as questões relativas à exegese de uma obra vasta e complicada, não somente polêmica, mas intencionalmente polêmica. Isso leva alguns a situá-la como uma discussão ideológica, mais do que filosófica ou mesmo antropológica, como estampada no subtítulo. Latour é bastante enfático, seu estilo deixa pouco espaço para discussão, as ideias e autores que aparecem em sua análise nem sempre têm uma análise justa, no mais das vezes encontram uma “máquina de guerra”. Também é preciso dizer que sua vasta obra tem valores muito desiguais e que sua discussão sobre a modernidade, na época do lançamento de seu livro, foi muito mal recebida na França. Pelas posições radicais adotadas, foi chamado de “apóstolo da desistência das ciências sociais e da derrota do pensamento”.

Mas, como disse, não tomo aqui o pensamento de Latour, e sim aquilo que podemos aproveitar para uma discussão da epistemologia da comunicação, sem perder de vista suas posições niilistas ou, ao menos, nada ortodoxas de ciência, epistemologia, conhecimento. Tal contradição insere uma tensão no projeto mesmo do artigo, que seria interessante ter sido considerada, como uma maneira de desenvolver uma crítica a respeito da pertinência ou do alcance de seus resultados, ou seja, de trazer a reflexão latouriana como uma “contribuição” para a epistemologia da comunicação.

Enfim, para finalizar esta introdução geral, o artigo é de interesse por sua proposta de articular campos de pensamento, no caso uma obra trazida para o campo da comunicação, como bem explicita o artigo, indicando as principais fontes responsáveis pela importação desta teoria.

Análise

Com relação ao texto, ele se estrutura a partir de cinco perguntas, cinco questões epistemológicas de fundo, identificadas na primeira parte. Através delas se entende expressar os principais problemas enfrentados pelo campo da comunicação. Em função da complexidade e por limitações de espaço, analisaremos apenas as duas primeiras para discuti-las com algum detalhe.

1. Qual a qualidade fundante da comunicação?

De início, não ficou claro, para mim, o que seria “qualidade” da comunicação. O primeiro sentido do termo é *valor* (bem-mal, útil-inútil, belo-feio...), mas certamente não parece ser o caso em questão. Não se trata, evidentemente, de fazer julgamentos, produzir avaliações estéticas ou morais.

Outra acepção, menos corrente e precisa, mas de uso atestado, seria a de *propriedade, parte constitutiva, natureza*. Digo menos precisa, pois pode se referir tanto àquilo que é inerente ao objeto, seus traços constitutivos, sejam essenciais, sejam acidentais, como também pode se referir à síntese desses traços com a percepção que um sujeito tem do objeto. O termo *valor*, no sentido de *propriedade*, pode ter um uso metafísico, bem como de observação científica (sem falar de outros mais), pode expressar a essência, o acidente ou, de outra parte, o ato de conhecimento, a apreensão do objeto pelo sujeito, pois estes valores podem ser entendidos como as manifestações sensíveis do objeto para o sujeito.

O termo valor leva, então, a usos distintos, que oscilam entre metafísica e ciência – enquanto duas perspectivas muito diferentes de abordagem do mundo e do emprego dos conceitos. É necessário ter em conta tal distinção, pois estas perspectivas frequentemente aparecem misturadas nas análises de epistemologia da comunicação. Neste ponto, o texto em questão teria um diálogo com o que apresento nesta mesma obra, sobre o conceito de comunicação.

No texto em análise, a questão do valor parece mais próxima da metafísica. O autor parte do conceito de *haver* (da comunicação), mas revisitemos o trecho que toma por base:

É dessa afirmação básica, concreta – há formações –, que parte a transformática em sua operação de pesquisa, coleta, acompanhamento e arquivamento das transações, transformações e co-moções das formações (Magno [1996], p. 395). Isto, sem valoração prévia, sem fundamento bom ou mau inerente: é nas situações que tal ou qual formação se mostra mais ou menos adequada, e apenas pontualmente adequada às situações. Mudada a situação, mudam as formações e as adequações (Silveira Jr. e Alonso, 2018, p. 11).

Os conceitos-chave são variantes da noção de forma (formações, transformações) e de mudança (co-moção, situação, transformação). Não é à toa que o termo transformação – presente nas duas séries de sentido – apareça com força, de onde sua derivação em *transformática*. Há formas e mudança, e o termo “transações” aponta a gênese da mudança no relacionamento das formas.

Tal maneira de colocar o problema não esconde sua filiação à tradição de pensamento metafísico, como variante das noções de Ser e Tempo. Embora seja muito difícil sair desse tipo de concepção, esta via está sendo retomada para dar conta da questão da comunicação, alinhando esta noção com a noção metafísica de Tempo (acidente, relação). Contudo, faz isso de uma maneira um tanto particular, pois coloca Tempo como Ser (tal substancialização do acidente, para usar a linguagem aristotélica, também aparece mais à frente, com o termo *performatividades*). Tal parece o sentido de uma pergunta como o *haver* da comunicação, um tanto paradoxal, pois parte de uma distinção que acaba por não respeitar. Perguntar pela *qualidade* ou pelo *haver* da comunicação é equivalente a perguntar: qual o Ser do Tempo? É tentar encontrar no Tempo o que é próprio ao Ser, ou falando de comunicação, tratar a relação como coisa (e não relação de coisas).

Porém, expressa nestes termos, ela não tem sentido para a tradição metafísica. Se pegarmos um sistema metafísico puro, como o mundo das Ideias, de Platão, o Tempo não existe e, se colocado neste mundo, o mundo da matéria, ele é apenas uma negatividade, corrupção das formas. Embora de modo completamente diferente, Aristóteles também nega o Tempo enquanto entidade. Avesso à ideia de dois mundos, ele introduz o Tempo no Ser; como atesta seu conceito de *dynamis*. O Ser se realiza “no Tempo”, ou melhor, como expressão de suas potências. Há movimento do Ser em direção a seu *Telos*, mas não propriamente processo, e sim realização. Para Aristóteles, Ser é transformação. De certo modo, ele introduz o não-Ser (tempo) no próprio Ser, como o elimina enquanto algo oposto ao Ser. Em outros termos, Tempo é falta de Ser ou Tempo não existe (a menos, é claro, que voltemos à oposição Parmênides-Heráclito, a qual os pensadores citados – como de resto toda a história da metafísica – desdobram, tentando escapar das dificuldades de sustentação tendo em vista as consequências radicais de cada uma delas).

Dá para perceber que a conversa vai longe, com os mais de dois mil anos de debates que se seguiram. Nossa intenção aqui é que, a nosso ver, uma pergunta metafísica sobre a comunicação não faz sentido para a tradição das ciências sociais, na qual normalmente é situada a Comunicação. Este tipo de questão nos arrasta para o vórtice das inúmeras e complexas posições metafísicas; ela não pode ajudar aqueles que, hoje, se ocupam da comunicação como área de conhecimento. E, no final das contas,

não se saberia se há mais esclarecimentos a oferecer que querelas a desfazer. Sem falar da dúvida se ainda estaríamos falando de comunicação.

“Qual a qualidade fundante da comunicação?”. Pergunta que o texto identifica como central para a epistemologia da comunicação, para nós esta é uma pergunta metafísica, não constitui uma questão epistemológica, geral e de fundo, como coloca o texto. A questão da qualidade e do *haver* da comunicação é uma maneira de colocar o problema no plano metafísico; como tal, se é neste campo que deve ser tratada, é lá que deve ser resolvida. Ademais, o que poderia ser uma “qualidade fundante”? O termo fundante remete a algo de exterior, algo que “dá fundamento” à comunicação e, portanto, não é ela própria. O termo “qualidade” expressa algo interno, que é próprio à comunicação, e nos induz a pensar em algo mais especial, um atributo sobre as quais as demais qualidades ou partes constitutivas podem se apoiar. A expressão pode remeter, então, a uma condição de possibilidade ou à essência da comunicação, mas, seja qual for a opção, discutir a possibilidade ou a essência leva-nos para longe, na elucidação das questões epistemológicas de nossa área.

É certo, por outro lado, que o autor não desconhece o problema. Ele dá prova disso na nota de rodapé (de número 3), onde adverte que não se trata de essencializar a comunicação, mas fica a dúvida se a simples afirmação de que “parece ser lícito” falar de “atributos ou qualidades que entram em jogo no ‘haver’ da comunicação” é suficiente para descartar a abordagem metafísica do processo de comunicação.

Nesta altura de meu relato, gostaria de esclarecer a razão de todo este grau de detalhamento e a questão de fundo que tento colocar. Não é sobre os acertos ou equívocos da teoria da Transformática, mas qual a razão de mobilizar este campo, ou outros tão problemáticos, para explicitar questões de epistemologia da comunicação?

Deixando de lado a pergunta do porquê ignorar a literatura especializada, a questão nem é a de saber se são mais ou são menos consistentes que o campo da comunicação, a ponto de podermos neles nos espelhar, mas de saber se há potencial de interlocução frutífera. Vejamos isso e perguntemos: o que foi tirado dessa análise da Transformática?

A premissa básica é a da noção de vinculação como responsável por:

1. Instaurar o caráter transformador da comunicação;
2. Instaurar uma indistinção do dentro-fora nos agentes comunicantes.

E uma síntese:

3. A indistinção do dentro-fora qualifica o universo da comunicação como o universo da transformação nos agentes que dela participam.

Bem, começa-se por multiplicar as entidades, a comunicação seria um processo dependente da *vinculação*. Esta instaura (não é?) comunicação. Ou a comunicação instauraria vínculos, que eliminam o “dentro-fora” nos agentes sociais. A questão se resume à qualificação da comunicação como universo da transformação “nos” agentes sociais (não seria *dos* agentes sociais? Se estas transformações permanecem internas, elas chegam ao social?).

Desconheço uma teoria da comunicação que diga algo contrário, que a comunicação não seja vetor de mudança dos agentes, bem como da constituição do que têm de comum (fusão subjetivo/objetivo). Estabilidade e instabilidade normamente não são tomadas como termos opostos em teoria da comunicação. Ao falar compartilhamos nossas experiências, com isso formamos a experiência comum, assim como aquilo que pode romper a naturalidade da experiência. Termos como interação, construção da realidade social, co-ação, compartilhamento, agendamento, sistema, trocas, são alguns conceitos empregados para expressar esse efeito dos processos de comunicação. Certamente não constitui objeção que uma teoria possa expressar ideias simples, intuitivas, ou que ela não possa ser redundante em relação a outras, mas ela também deve apresentar algo mais, que a justifique, no sentido de tratar aspectos que outras não dão conta ou trazer perspectivas novas, que permitam compreensões sustentáveis dos fenômenos. De que vale um aparato conceitual pesado e complexo para expressar uma ideia simples?

Outro trecho exemplifica a questão da *qualidade* da comunicação na obra de José Luiz Braga. Segundo Tarcísio Cardoso, o que *qualifica* a comunicação aí se expressa na pergunta sobre como compreender a sociedade pela mediatização¹. Essa é uma afirmação bem diferente da anterior, se o processo de comunicação assume um sentido histórico com a mediatização. Contudo, isso não está claro, e há compreensões diferentes sobre este conceito, de modo que caberia ser explicitado o sentido aqui empregado. Basicamente quanto a dois aspectos: a historicidade do processo e sua relação com a tecnologia, pois o conceito de mediatização tende a ser um sinônimo de comunicação se for identificado com a “interação social”, como indicado.

Mais importante que a resposta pontual, com a análise do texto de Braga fica mais próxima da proposta do artigo em tentar identificar questões fundamentais que ajudam a definir o objeto de estudo da Comunicação. Questões sobre a *qualidade*, o *haver*, a *qualificação* na verdade não correspondem a problemas normalmente tratados na bibliografia de epistemologia de nossa área, a qual, aliás,

¹ Não usarei o termo “mediatização” por compreender que, apesar de ser corrente a tradução de *medium* por mídia, ela é incorreta e pode trazer a confusão com mídia enquanto jornalismo.

comparece muito timidamente. O autor ignorou as obras que fazem este trabalho de levantamento dos objetos (ou problemas) da área; o apoio nesta literatura teria dado ao artigo mais consistência e teria ajudado a reservar mais espaço para seus objetivos principais.

2. O que é meio de comunicação (“o que é mídia?”)

Aqui também não é diferente: a bibliografia é ignorada, toma-se como exemplo um texto de Joseph Turow e Nick Couldry que não trata diretamente da questão “o que é meio de comunicação”, mas parte de uma ideia preconcebida (uma hipótese de trabalho). Aliás, é de se perguntar se – ou em que medida – o conceito avançado por esses autores seria compatível com a ideia de entender a sociedade pela mediatização, pois pressupõe uma determinação dos meios de comunicação pela dinâmica do capitalismo, ou seja, adota um ponto de vista econômico e não comunicacional. O que não quer dizer que haja prejuízo para o mérito ou interesse da definição de *meio* assim colocada, mas, tratando-se de epistemologia, é de todo interesse saber a natureza das afirmações teóricas, para ligá-las a contextos de significação. Não se pode tomar uma redução ao econômico como típico de uma epistemologia da Comunicação.

A ideia de que devemos conceber os meios de comunicação como a “convergência de tecnologias de circulação de mensagens com tecnologias de extração e análise de dados” é, de fato, uma observação importante, contudo não precisa estar necessariamente ligada a uma “revisão radical das fronteiras do campo das comunicações”. Os autores não levam em conta os trabalhos de historiografia de nossa área de conhecimento, desenvolvidos a partir dos anos 1990, que mostram a forte ligação entre comunicação e o interesse pela propaganda e a guerra psicológica. Mesmo a versão mais tradicional da história da área ainda daria conta desse sentido de meio, sem a necessidade de postular rupturas radicais; não podemos esquecer o interesse da *Communication Research* dos anos 1940 em gerar teorias para conhecer a audiência. Se Turow e Couldry fazem uma observação teórica importante sobre meios, eles expressam uma concepção epistemológica menos interessante, repetindo o bordão de ruptura radical, de ampliação da área, como se a epistemologia de nosso campo gerasse a novidade no mesmo ritmo dos jornais.

Aqui também o texto do Prof. Tarcísio se ressentia, como no caso da pergunta anterior, de uma revisão bibliográfica que poderia ter ajudado na discussão. São poucos, mas há na bibliografia, autores que abordam diretamente a questão proposta (o que é meio de comunicação?). Turow e Couldry partem de princípios conjecturais (a

transformação do capitalismo); suas análises não dão conta do momento anterior à “virada” que anunciam, e falam pontualmente da transformação sem realmente se interessarem pelo que é meio de comunicação (ou o que era até aquele ponto). Como muitos outros, estão mais interessados em uma definição operacional, em vista dos propósitos de suas pesquisas em particular.

Com relação às propostas de Latour – entrando, então, na análise de sua segunda parte –, o artigo afasta as críticas de tecnocentrismo, relativas à possibilidade de agenciamento pelos dispositivos técnicos. Particularmente também me coloco contra as objeções desse tipo, mas é de se perguntar se o apelo à defesa do pluralismo pode constituir um argumento válido ou suficiente.

A atenção da segunda parte se volta para a apresentação da crítica ao modernismo como um dos traços mais característicos de Latour, de onde sai o conceito de seres híbridos: “[...] é moderno, para o autor, quem elabora uma teoria pautada no dualismo que quer purificar (separar de um lado a ‘Natureza’, e de outro o ‘Social’), mas ao mesmo tempo cria as condições práticas para os híbridos se proliferarem”. Curiosamente a hipótese de *Jamais fomos modernos* é apresentada como a distinção de duas práticas que *recentemente* deixaram de ser distintas (perderam a eficácia) (Latour, 1994a, p. 16, citado no artigo), ou seja, nunca fomos modernos, mas isso apenas recentemente. (Será que estou lendo certo? Verifiquei o original em francês, e não há problema de tradução).

Latour introduz conceitos complexos, como “cisão purificadora”, seres híbridos, e parte da oposição Natureza/Social para explicar a noção de moderno. Seu modo de definir e compreender a questão da modernidade é nada ortodoxo. Criar uma epistemologia não moderna seria incluir o ecologizar. A proposta avança como projeto de uma ontologia pluralista, isto é, que aumente a “diversidade nos seres admitidos para existir”. Aqui talvez seja o grande ponto visado de sua reflexão: introduzir atores não humanos nas redes de comunicação, superando a dicotomia entre humanos e objetos técnicos. Em uma rede, tudo teria o mesmo estatuto ontológico. Uma dificuldade óbvia desse “aplainamento” ontológico é a intencionalidade: os elementos técnicos, como um modem, um computador, teriam sua ação, “agenciada” ou reativa, por fatores intencionais? Podem levar em conta as notícias dos jornais para tomarem suas decisões?

De outra parte, é difícil seguir o diagrama proposto para esclarecer a condição moderna e o papel de seres híbridos. Nem quando o autor diz que “à prática de purificação – linha horizontal –, convém acrescentar as práticas de mediação – linha vertical” (Latour, 1994, p. 43). De um lado, parece apenas dizer que a mediação intervém na relação entre Natureza e Social, o que seria o papel da mediação (se colocar entre), mas há uma expectativa

2 Por exemplo: Martino, Luiz C. 2017. O que é Meio de Comunicação: uma questão esquecida. In: Martino, Luiz C. *Escritos sobre epistemologia da comunicação*. Porto Alegre, Sulina, p. 65-84.

sobre esta mediação que não pudemos compreender. Ela é geradora de seres híbridos e, mais que isso, “a mediação é fruto de uma atividade de fundo, abafada pelo projeto moderno oficial, mas presente e viva na modernidade oficiosa”.

Voltamos à metafísica pura, quando se afirma que “a ênfase no ‘império do centro’ vem de uma tentativa latouriana de conferir uma prevalência epistemológica da existência em relação à essência”, e a Mediação é definida como “o gesto de derivar essências estabilizadas a partir dos atores e suas interações”.

Com relação à última parte, não posso avançar muita coisa, haja vista a compreensão pouco segura do que seria realmente o ambicioso projeto de Latour, de fundir todos os conhecimentos e ações, num monismo absoluto e um

pluralismo radical; ao mesmo tempo, propõe uma ação política como escopo e finalidade última (é um projeto ideológico). Não é tarefa fácil ligar uma metafísica duvidosa e projetos ideológicos obscuros, sobretudo quando se tem em vista uma discussão epistemológica de um domínio de estudo.

Pergunto se uma superação tão radical do pensamento, que faz da epistemologia um mero detalhe e algo totalmente superado, não deixaria sem sentido qualquer tentativa de “aplicá-la” a uma forma, no mínimo obsoleta e certamente condenada como a epistemologia da Comunicação? Não haveria aí algo de paradoxal?

Espero que as críticas aqui esboçadas possam ajudar na interlocução e novas perspectivas sobre o texto analisado.